



Ata da Reunião do Conselho Acadêmico de Ensino Técnico

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às dez horas, realizou-se, na sala de reuniões, do *campus* Nilópolis, a reunião do Conselho Acadêmico de Ensino Técnico do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, com a presença dos conselheiros cujos nomes constam na lista de presença, tendo como pontos de pauta: **1) Leitura, análise e aprovação da ata da reunião do dia 08 de abril de 2015; 2) Proposta de calendário de reuniões do CAET para ano letivo de 2015; 3) Normatização do uso da videoconferência; 4) Proposta de alteração da matriz do curso técnico em Secretaria Escolar do NEAD/Pinheiral; 5) Introdução ao debate em torno do Artigo 3 do Regulamento dos Conselhos de Classe do IFRJ que submete a decisão acerca da aprovação/reprovação do aluno ao parecer final do professor; 6) Introdução ao debate sobre a necessidade de capacitação dos docentes do IFRJ sem licenciatura que ministram aulas no ensino médio e técnico; 7) Introdução ao mapeamento das necessidades de espaços tecnológicos para os cursos técnicos; 8) Assuntos gerais.** O professor Wallace Nunes, Diretor Geral do Campus Nilópolis deu boas vindas aos presentes. O Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico Marcelo Sayão e presidente deste conselho iniciou a reunião agradecendo e cumprimentando os conselheiros presentes. Em seguida, submeteu a ata da reunião do dia oito do mês de abril do ano de dois mil e quinze, para aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida ele apresentou uma proposta de calendário de reuniões mensais alternando o local entre dois grupos de campi. Após apresentação e algumas breves considerações ficou acordado as seguintes datas 1 de julho, 26 de agosto, 30 de setembro, 21 de outubro, 4 e 25 de novembro, 16 de dezembro. Alternando os locais de realização das reuniões entre os seguintes grupos 1 - Duque de Caxias, Nilópolis, Realengo, Rio de Janeiro, São Gonçalo e 2 - Arraial do Cabo, Paracambi, Paulo de Frontin, Pinheiral e Volta Redonda. Dando continuidade à pauta Marcelo Sayão introduz o ponto “Normatização do uso da videoconferência” solicitando que cada conselheiro informe as condições acerca da infraestrutura necessária para transmitir e receber a videoconferência em seus respectivos campi. Alguns campi têm dificuldade de espaço, mas se propõem a conseguir um local; o que, com prévio agendamento, possibilitaria a viabilização. A princípio, por questões de rede, Realengo indicou dificuldades para viabilizar a transmissão. Fabiana Castelo inicia abordando a viabilidade do Campus Caxias, todavia salienta a importância de uma avaliação no que tange a qualidade da participação e a dificuldade de mediação. Augusto Garcia também sinaliza que Pinheiral tem possibilidade, avalia que é um método que funciona, porém sinaliza a necessidade de se ter algumas regras e considerar algumas situações na avaliação, como por exemplo a qualidade do sinal e o delay entre pergunta e resposta. Conclui afirmando que é uma ferramenta útil e que com o tempo pode se adaptar as necessidades e ganhar qualidade. Edimar Carvalho também avalia como possível a transmissão em Nilópolis e propõe uma escolha de assuntos para o uso da transmissão. Utilizar para assuntos emergências ou previamente definidos. Coloca em questão a assinatura, presença e votos dos que eventualmente venham a participar por meio de vídeo. Ana Luzia lembra que são reuniões que duram o dia inteiro, avaliando ser complicado escolher pontos específicos para transmissão. Omar coloca como possível a transmissão pelo campus Arraial do Cabo e acompanha o mesmo entendimento da Ana Luiza, ponderando a dificuldade de avaliar o que deveria ser ou não posto para transmissão. Avalia que com o tempo deve-se conseguir melhorar a qualidade deste



instrumento. Marcos Tadeu também pondera dificuldades e afirma a possibilidade pelo campus Rio de Janeiro. Avalia esta situação como nova e propõe que o CAET experimente e vá corrigindo eventuais problemas no processo. Também entende que para começar é importante um mínimo de norma. Rachel Oliveira indaga se há conhecimento de alguma norma sobre o uso deste instrumento internamente ou em outra instituição. Clara Regina relata experiência de reuniões junto aos polos de EaD, avalia que apesar das dificuldades tem sido proveitoso e que não se pode perder a oportunidade de fazer esta experiência. Lembra que é necessária uma mudança de postura para se realizar uma reunião com este recurso. Jaqueline Nunes afirma que o uso da tecnologia deveria ser pontual e não uma prática, visando o não esvaziamento presencial da reunião. Augusto Garcia propõe uma delimitação por reunião. Ricardo Cesar coloca também a possibilidade de transmissão pelo campus São Gonçalo e propõe aproveitar a sugestão de grupos do calendário de reuniões para delimitar eventuais participações por meio de vídeo. Fabiana Castelo considera positivo mas lembra que no grupo 2 ainda há uma distância significativa em relação a Arraial do Cabo. Marcelo Sayão acompanha a preocupação com a qualidade, todavia avalia que com o tempo pode se melhorar o processo. Salienta a dificuldade de locomoção para alguns campi. Edimar Carvalho entende que o uso deste recurso não deve substituir a presença nas reuniões, sendo uma ferramenta alternativa para eventuais situações e dificuldades de deslocamento. Fabiana Castelo coloca que a experiência pode ser importante, inclusive para participação dos alunos. Marcelo Sayão pondera a importância de um mínimo de normatização, visando também imprevistos. Ricardo Cesar propõe que a próxima reunião seja transmitida para todos os campi com a possibilidade de participação de todos os alunos representantes e de conselheiros suplentes, visando também realizar uma avaliação. Edimar Carvalho sugere que numa eventual falha de comunicação durante uma reunião aconteça uma votação posterior utilizando outra ferramenta como correio eletrônico ou outro meio digital. Marcos Tadeu propõe uma experiência de 4 reuniões, 2 em cada grupo. Rachel Oliveira entende que a participação está limitada até o momento de uma eventual queda transmissão. Marcelo Sayão lista as propostas para a plenária que após breves considerações aprova: a utilização da videoconferência em 4 reuniões (2 em cada grupo, dando prioridade aos campi que têm condições); as duas primeiras reuniões em Pinheiral e Caxias, nesta ordem; avaliação durante o Processo; sinal aberto a todos campi com a participação de conselheiros suplentes e alunos, ou conforme organização do campus visando avaliação da utilização do recurso da videoconferência; limitação da representação com direito a voto por vídeo somente dos conselheiros dos campi que apresentarem inviabilidade de participação presencial e pertencerem aos campi que integram o grupo diferente do grupo no qual está inserido o campus que recebe a reunião, sempre considerando a especificidade de Arraial do Cabo. Em seguida Marcelo Sayão pergunta aos presentes se o próximo ponto poderia ser Mapeamento da Estrutura Tecnológica, com a apresentação do orçamento pelo Pró-Reitor de Administração Miguel Terra. Marcelo Sayão explica que o assunto orçamento surgiu no momento em que se levantou o tema do mapeamento. Assim, a PROET considerou importante a apresentação do orçamento 2014, tendo feito o convite ao Pró-Reitor de Administração para participar da reunião e sanar eventuais dúvidas. Todos os presentes de acordo, é dada a palavra a Miguel Terra que faz um relato sobre a planilha do orçamento de 2014 que fora distribuído aos conselheiros. Salienta que foi um ano atípico, no qual o MEC recolheu os recursos um mês antes do habitual, impactando na execução de alguns campi e reitoria, além do IFRJ ter recebido apenas 81% do previsto



para o ano. Marcos Tadeu afirma, que conforme o apresentado, 6 milhões foram devolvidos e isso não deve mais acontecer. Avaliando que este é o ponto onde se deve considerar pensar um planejamento para reestruturação da estrutura tecnológica dos campi. Fabiana Castelo demonstra sua preocupação com a possibilidade de corte de verba para Assistência Estudantil, já que este teria um impacto direto sobre a permanência do aluno. Relata que atualmente a perspectiva já é de não conseguir atender todos os que foram avaliados como em situação de vulnerabilidade. Conclui propondo a divulgação dessas informações em todos os campi. Marcos Tadeu solicitou a Miguel Terra o envio da planilha de orçamento de 2015 para os conselheiros. A reunião foi interrompida às treze horas e retomada às quatorze horas. Marcelo Sayão lembra do prazo para publicação de edital de oferta de vagas para os cursos técnicos em 2016, apontando que isso pode acarretar uma reunião extraordinária para avaliação de propostas de novos cursos. Em seguida deu-se prioridade para o ponto de apresentação de proposta de alteração da matriz do curso técnico em Secretaria Escolar do NEAD/Pinheiral. Clara Regina faz um breve histórico sobre o curso, o perfil do aluno, a prática profissional e as orientações sobre estágio. Em seguida discorre sobre a proposta de alteração da matriz, mostrando que as mudanças basicamente se constituem na realocação de disciplinas nos períodos e adequação de horários seguindo a legislação e o catálogo nacional de cursos técnicos. Marcos Tadeu sugere a inclusão da legislação citada na apresentação por Clara Regina entre as mencionadas na proposta de matriz, já que serve de fundamento legal para o curso. Clara Regina acata a sugestão. Após algumas breves considerações e votos de felicitações o curso é posto em votação e aprovado por unanimidade, acatando-se a proposta de inclusão da referida legislação na matriz. Marcelo Sayão lista os pontos que restam para a sequência do dia perguntando como a plenária gostaria de dar continuidade, levando-se em conta o horário previsto para término da reunião. Propõe apresentar brevemente os pontos que estão na pauta para que a plenária possa decidir o próximo ponto a ser encaminhado. Proposta acatada e uma breve apresentação dos pontos é feita. Após apresentação o conselheiro Anderson Lupo propõe a retomada do ponto Mapeamento dos Espaços Tecnológicos. Rachel Oliveira propõe não entrar no ponto de revisão do regulamento dos conselhos de classe por considerar um tema complexo, avaliando que a última revisão foi feita a pouco tempo. Omar Souza argumenta que vários documentos foram revistos em um curto espaço de tempo para atender as demandas legais, de forma legítima, mas que isso pode, em alguns casos, ter acarretado uma não consulta às bases por conta do tempo. Pondera a importância de, nesse momento, rever o regulamento do Conselho de Classe com a consulta às bases. Rachel Oliveira, afirma que a revisão dos regulamentos envolveu uma discussão exaustiva e que, a não consulta às bases, pode ter ocorrido por alguma dificuldade do representante do campus. Marcelo Sayão encaminha a proposta de discussão de um ponto específico. Pergunta se existe consenso sobre encaminhar o ponto Mapeamento dos Espaços Tecnológicos. Diante do consenso dos presentes, Marcos Tadeu faz uso da palavra colocando que o trabalho inicial é o levantamento das necessidades dos ambientes tecnológicos de todos os campi de acordo com a matriz dos cursos técnicos do IFRJ. Propõe que os conselheiros demandem aos coordenadores o levantamento destas necessidades. Fabiana Castelo propõe aproveitar este levantamento e fazer o mapeamento de outras necessidades físicas dos campi. Anderson Lupo salienta a previsão da avaliação dos cursos técnicos pelo MEC e a sua ligação direta com os ambientes tecnológicos. Entende ser este um ponto emergencial, visando se antecipar para atender a essa avaliação. Omar Souza corrobora com Fabiana no que tange a



ampliação do mapeamento, colocando que outras estruturas físicas impactam diretamente na qualidade e avaliação dos cursos técnicos. Rachel Oliveira faz uma reflexão sobre ampliar ou focar numa necessidade para atender uma demanda emergencial. Augusto Garcia informa que já se iniciou uma avaliação interna no campus Pinheiral e o resultado parcial esbarra na falta de verbas. Marcos Tadeu endossa que deveria se focar num ponto. Marcelo Sayão apresenta para a mesa o que entende ser consenso: iniciar pelos ambientes tecnológicos e num segundo momento ampliar; realização pelos conselheiros de um levantamento junto aos coordenadores dos cursos técnicos sobre as necessidades; indicação de relatores para reunir e organizar o material. Diante do consenso, Marcos Tadeu e Fabiana Castelo se colocam a disposição para serem relatores, tendo seus nomes aprovados pela plenária. Ficaram ainda com a responsabilidade de comunicar esta decisão a todos, em especial aos conselheiros dos campi sem representação nesta reunião. E elaborar proposta de texto solicitando a demanda aos coordenadores de cursos, por meio dos Diretores de Ensino, via PROET. Em seguida os conselheiros tecem algumas considerações acerca dos pontos restantes, em especial acerca da proposta de revisão do Regulamento dos Conselhos de Classe. Fabiana Castelo propõe que se faça um levantamento para avaliarmos os efeitos desse artigo do regimento na avaliação, aprovação e reprovação dos alunos. Ricardo Cesar concorda parcialmente, ponderando que não é um tema mensurável, avalia que é um debate mais profundo que remete pensar o que é avaliação no IFRJ do ponto de vista pedagógico. Marcos Tadeu faz uma reflexão sobre mudanças no regulamento colocando que o mesmo é mudado ciclicamente. Avalia que existe falha nas duas propostas, observando ser esta uma discussão muito profunda para ser definida em poucas reuniões no CAET. Pondera também a deficiência dos alunos e da formação docente. Clara Regina faz uma reflexão sobre a dificuldade de debater a avaliação numa instituição de ensino, apontando para a resistência do tema nas escolas em geral, inclusive dentro do IFRJ. Em especial, a dificuldade de se chamar um pedagogo para essas discussões. Seria por tratar-se de profissional do corpo técnico-administrativo? Lembra que na elaboração dos editais para cargos de técnico administrativos, muitas vezes elaborados por docentes, não há exigência de experiência do magistério para o pedagogo. Esse é um requisito legal para ser considerado profissional da educação, com a função de magistério conforme está prescrito nos arts 61, inciso II e 67, § 1º e § 2º da Lei 9394/96 – LDB. Conclui colocando que a avaliação é um tema polêmico, contudo sem humildade acadêmica não será possível avançar nestas discussões. Marcelo Sayão salienta o número elevado de inscritos. Propõe que todos falem e que o CAET retome os dois pontos na próxima reunião, sendo acatado pelos presentes. Marcelo dá continuidade ressaltando o papel do Conselho, lembrando que somos todos representantes. Avalia que não se pode negar uma discussão sem que os representados sejam escutados. Coloca que este ponto é lembrado em todos os encontros com as Coordenações Técnico-Pedagógicas e reitera a necessidade de escutar toda a comunidade. Argumenta que as mudanças cíclicas ocorrem pelo foco nos efeitos, sem que haja, muitas vezes, uma discussão conceitual acerca do tema, no caso específico sobre formação humana, avaliação e o papel do conselho de classe. Considera que não se deve postergar indefinidamente o debate e a implementação de ações que podem contribuir para o desenvolvimento do aluno e da instituição. Ao final informa que vai encaminhar o material que preparou acerca do ponto sobre a formação docente. Ana Cristina salienta sua preocupação em protelar a discussão de ensino e aprendizagem. Lembra que em muitos momentos o conselho de classe vira uma catarse por falta de um



momento de avaliação do papel do educador e que este acaba sendo o único momento de avaliação. Aponta para uma ausência de diálogo entre os personagens da formação educacional. Não desqualifica o que foi feito até o momento, porém afirma que isso não pode inviabilizar as avaliações e debates sobre o tema. Ricardo Cesar parabeniza a fala da Clara. Afirma a importância do debate sobre avaliação e a ligação direta deste tema com o artigo do Regulamento proposto para ser debatido com a comunidade. Aponta para a ausência e desqualificação dos pedagogos nos espaços de discussão. Avalia que a formação humana tem que estar acima da formação profissional. Afirma a importância do papel de todos, devendo-se estar atento para não exclusão dos alunos. Edimar Carvalho considera que existe uma deficiência de dados para se avaliar os casos. Entende que se deve trabalhar em cima de dados e não de impressões. Rachel Oliveira informa que não havia sido colocado como sendo uma demanda da comunidade. Maria Elisa coloca que o conselho de classe no modelo atual não tem perfil pedagógico. Lembra que várias tentativas de melhoria já foram feitas, e que no seu entendimento a avaliação do aluno deve ser feita em vários momentos, desde o início do semestre. Passa-se então aos assuntos gerais, iniciando-se com o tema trazido por Augusto Garcia, que discorre brevemente sobre a proposta de reajuste de carga horária de duas disciplinas no curso de Agroindústria no campus Pinheiral. Apresenta algumas dúvidas quanto ao Regulamento de estágio. Marcelo Sayão contribui fazendo um breve relato sobre a consulta do campus apontando que no entendimento da PROET a questão se configura como mudança de matriz. Faz esclarecimento quanto ao estágio. Augusto Garcia avalia que o regulamento poderia estar mais claro. Marcos Tadeu relata o caso de uma aluna gestante do período anterior que não pode dar prosseguimento aos estudos, em especial devido a impossibilidade de cursar as aulas práticas. Aponta que esta aluna está com problemas, pois a sua situação deveria ficar “em aberto”, como prevê o regulamento para alunas gestantes, mas que isso não ocorreu. Solicita que a PROET verifique esta questão junto aos responsáveis pelo sistema acadêmico. Marcos Tadeu solicita ainda a divulgação, pela Assessoria de Comunicação, de uma premiação importante obtida por um grupo de alunos do campus Rio de Janeiro. Edimar Carvalho relata que o campus Nilópolis detectou uma disciplina com ementas diferentes no segundo período dos cursos de Química e Controle Ambiental. Marcelo Sayão fez um breve relato sobre a consulta feita a PROET pelo Diretor de Ensino do campus, Marcelo Lacerda. Informou que este, após contato inicial, considerou que esta seria uma questão local, a ser resolvida no âmbito do próprio campus. Afirmou que, caso a plenária avalie ser necessário, pode se abrir o ponto em outra reunião. Sem mais a acrescentar, Marcelo Sayão finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os presentes. Às dezessete horas e vinte minutos foi encerrada a reunião. Eu, Anderson Morais Chalaça, lavrei esta ata que segue por mim assinada.